

Transformar a metrópole, Igreja Católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo, 1970-2000
de Catherine Iffly,

São Paulo: Editora da UNESP, 2010. 360 p.

Maria da Glória Gohn

Professora – Unicamp e PPGE/UNINOVE; Pesquisadora do CNPq.
 mgohn@uol.com.br

O livro de Catherine Iffly, *Transformar a metrópole*, é fruto de uma tese de doutoramento apresentada na área de Ciência Política da Université Panthéon-Assas (Paris II), ao final dos anos de 1990 e foi publicado na França, em 2004, com o apoio do Ministério de Relações Exteriores sob o título *Eglise catholique, territoires et mobilisations au Brésil*. A versão em português editada pela UNESP traz importante contribuição para a memória histórica das lutas e movimentos sociais em São Paulo, entre os anos de 1970-2000. Tomando como foco central de investigação as ações da Igreja Católica naquele período, a autora faz a reconstrução dessas ações focalizando atores relevantes na época, nos diferentes lugares da hierarquia eclesial. Suas fontes de dados incluem um rico acervo de documentos destaca-se o material produzido por diferentes agentes sociais, jornais, e os documentos oficiais de encontros eclesiais, assim como um rol exemplar de entrevistas com personagens da época. As ações são analisadas segundo a interação dos membros do clero com outros atores do cenário sociopolítico da época, tais como lideranças populares, membros do poder público e de outras entidades da sociedade civil, instâncias da Igreja, como a Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e a ação ou o diálogo, em certos momentos históricos, com segmentos de outras igrejas ou crenças cristãs. Destaca-se, nesta trajetória, o papel de Dom Paulo Evaristo Arns, e de alguns bispos que atuaram na capital, a exemplo de Dom Bernardino Sândalo, especialmente na Zona Leste – lócus da investigação empírica da autora.

O livro tem quatro extensos capítulos. O primeiro aborda a “Territorialização religiosa na Arquidiocese de São Paulo”. O segundo apresenta a temática dos direitos no período com o título o “Espaço religioso e a formação de um espaço político”. O terceiro focaliza as ações da igreja e dos movimentos sociais em uma região de São Paulo: “Recomposições

religiosas e políticas: o caso de São Miguel Paulista”. O último capítulo retoma o geral e avança no tempo histórico apresentando “A ação da Igreja em São Paulo nos anos de 1990”.

Destacam-se, inicialmente no livro, o registro e a análise das inovações e mudanças que a Igreja Católica realizou em sua forma de atuar em São Paulo nos anos de 1970, criando Centros Comunitários (CC) estruturas arquitetônicas simples, diferentes do modelo predominante até então de construção de capelas ou templos religiosos, nos novos bairros da periferia. Os CCs eram construídos, via mutirões populares, nos terrenos adquiridos pela Igreja com verbas advindas da cooperação internacional. Inúmeros Centros Comunitários abrigaram outra inovação na estrutura do modo de agir da Igreja nos anos de 1970 os Centros de Defesa de Direitos Humanos (CDDH). Com os CC e os CDDH a Igreja modelou a territorialidade de sua ação de forma descentralizada, incentivando a participação de leigos. Em uma cidade dividida entre centro *versus* periferia, com regiões pobres e sem infraestrutura urbana de transportes, saúde, creches etc., em um momento difícil da vida nacional. Com o regime militar e o forte controle social reinante, estes centros, dotados de infraestrutura e logística, foram espaços para o diálogo, a reflexão e a organização da ação; transformaram-se em espaços de construção da resistência, em espaços de organização e conscientização dos grupos que lá se instalavam. Havia, especialmente nos anos 1970 e primeiros anos de 1980, uma fusão entre espaço religioso e espaço de formação sociopolítico.

Orientações advindas dos anos de 1960 do Concílio Vaticano da Igreja e de Conferências na América Latina, como a de Medellín, deram suporte e incentivo para a ala que desenvolveu a Teologia da Libertação, para que criassem Comunidades Eclesiais de Base nos novos espaços comunitários (CCs). O livro apresenta as tensões que permearam esta construção. Os CCs e CDDHs foram estruturas suportes para as Pastorais, forma por excelência de ação da Igreja junto de camadas e segmentos excluídos. As Pastorais desenvolviam-se via planos estratégicos, tais como a Operação Periferia lançada em 1972 em São Paulo por D. Paulo E Arns. As ações eram descentralizadas, mas a coordenação das mesmas era centralizada na Arquidiocese de São Paulo.

Do ponto de vista do estudo e análise dos movimentos sociais – tema que pesquiso e tenho inúmeros livros já publicados, dentre as ações

dos sujeitos investigados, o livro apresenta-nos alguns pontos para a atualização dos debates naquele período, tais como a questão do basismo. O texto deixa claro que o basismo dizia respeito à estrutura da ação da Igreja, a forma de participação do povo nas novas ações da Igreja e não algo fruto de um projeto ou concepção política, de ser contra o Estado, como foi interpretado por vários analistas, críticos das posturas isolacionistas ou de organização da população fora das estruturas convencionais, como partidos e sindicatos. A base de recrutamento e agregação das pessoas era o território, a comunidade de pessoas que vivia em dado território, e não o social ou a seleção dos vulneráveis na escala socioeconômica, como na atualidade. Foi esta divisão territorial religiosa que possibilitou também a articulação de forças sociopolíticas no local de moradia entre o “povo” local, e os religiosos, com funcionários públicos que trabalham na região (especialmente os médicos, sanitaristas e assistentes sociais), jornalistas e outros sujeitos sociais, advindos das camadas médias locais, os quais desempenharam o papel de mediadores, e/ou assessores das nascentes organizações populares locais. Muitos destes assessores incorporaram-se à política oficial posteriormente, como quadros e representantes de partidos políticos, sendo eleitos como vereadores, deputados, secretários de governo, prefeitos (a exemplo de Luísa Erundina) etc.

Uma representação usual criada sobre os movimentos sociais da chamada “era movimentalista” nos anos de 1970-1988, atribuía às dificuldades dos movimentos as limitações de suas reivindicações, tidos como muito localizadas, ligadas a suas necessidades mais imediatas. A própria Catherine incorre neste erro de interpretação, mas os fatos apresentados no livro nos demonstram, cabalmente, que havia uma articulação entre a luta por direitos civis com luta pelos direitos socioeconômicos. Os primeiros revelavam-se nas ações em busca de retorno à democracia, contra o regime militar, em ações que os movimentos se uniam a outras entidades da sociedade civil para protestar contra a violação de direitos humanos e demandar o retorno das eleições no país; a luta pelos direitos socioeconômicos aparecia ao demandar condições mínimas de sobrevivência na grande cidade, ao demandar moradia, creches, saúde e transportes urbanos. Havia uma pedagogia que apostava no caráter didático da aprendizagem via pequenas ações. Esta ação configurou os territórios da metrópole e justifica o título do livro. A respeito deste último, creio que o título original em francês é

mais elucidativo que o da versão em português, embora fosse pretencioso: *Eglise catholique, territoires et mobilisations au Brésil*. O subtítulo da versão em português manteve a tríade: igreja, territórios e mobilizações, registrando agora que se trata de São Paulo, datando também os acontecimentos (1970-2000). Registre-se, ainda, que a categoria território não era muito usual na literatura sociológica até os anos de 1990, era mais restrita à área da geografia. Atualmente é uma categoria de uso corrente não só nas Ciências Sociais como até nos projetos sociais das ONGs para pedirem verbas ou se apresentarem para concursos e prêmios. Portanto o livro inovou, também, neste aspecto.

Outro ponto relevante no livro e muito atual ainda para os movimentos sociais é a questão da comunicação. Ela foi vital nos anos de 1970-1980, tratada como estratégica pela Igreja ao criar jornais da e na periferia, como o *Grita Povo*, e mesmo o *Semanário O São Paulo*. Criou-se o Centro de Comunicação e Educação de São Miguel Paulista (CEMI), por exemplo, que desempenhou o papel de um centro de educação popular. Panfletos, faixas, cartazes, cartilhas populares (tendo em vista o grande número de analfabetos), rádios comunitárias e outras formas de comunicações desempenharam o papel de ativar a participação, na época, foram tão importantes quanto são hoje as redes sociais de *twitter*, *Facebook*, internet, celulares etc. na convocação das diferentes marchas e protestos que ocorrem pelo mundo.

Destaca-se, também, o relato e a análise das consequências na mudança de rumos na orientação da Igreja Católica, a partir do final dos anos de 1980, e seus reflexos na organização e mobilização popular. Ações eclesiais na cidade de São Paulo foram descentralizadas, bispos foram deslocados de suas regiões, Centros Comunitários e Centros de Direitos foram fechados ou redefinidos em suas funções, a cooperação internacional deixou de apoiar trabalhos da linha da Teologia da Libertação etc. A mobilização popular passou a ocorrer em torno de outras causas. Houve o surgimento de novas orientações religiosas dentro da própria Igreja Católica que já se ressentia da concorrência e perda de fiéis para outras matrizes religiosas, como para a Igreja Universal do Reino de Deus, a do bispo Edir Macedo. São criados no interior da Igreja Católica os grupos de oração e as novas práticas de espiritualidade individualizantes, presentes na corrente da Renovação Carismática. A autora afirma que o tempo das mobilizações e

reivindicações se encerrou nesta nova etapa, mas que a Igreja continuou envolvida politicamente, passando da ação sociopolítica para a ação de ajuda assistencial aos indivíduos. Se considerarmos a política com “P” maiúsculo, aquela que diz respeito ao terreno de projetos societários, a disputa de significados entre os diferentes grupos sociais, instituições, partidos, sindicatos, movimentos etc., de fato a Igreja continuou em cena, de forma completamente diferente atuando via projetos sociais que buscam incluir os nominados como excluídos, porque estão em condição de vulnerabilidade social, via projetos sociais diversos, numa atuação claramente colaborativa com as políticas sociais públicas que passaram a ter vigência no país, diferentemente dos tempos em que se buscava modificar estruturas sociais injustas, denunciar a omissão do Estado etc. Atualmente os indivíduos participantes de projetos sociais são tratados como cidadãos no papel, mas na prática são usuários e consumidores de políticas sociais de distribuição de renda (bolsa família, renda mínima etc.), ou participantes de cooperativas de produção artesanal e geração de renda. Solidariedade substitui a categoria mobilização, solidariedade estrategicamente articulada via mobilização de recursos e oportunidades dadas pela conjuntura política e não construídos via processos de participação, reflexão e ação, geradas pela comunidade. Tal comunidade é agora executora de projetos pré-definidos, controlados por ONGs e associações, religiosas ou não, mediadoras de processos que atenuam a pobreza, mas não mexem em estruturas e causas.

É interessante também observar que do ponto de vista teórico, a autora não recorreu às teorias que embasaram a grande maioria dos estudos sobre os movimentos sociais nos anos de 1970-1990 no Brasil, de matriz marxista, ou estrutural/marxista, ou pós-estruturalistas ou pós-modernas. Dentre os poucos autores citados, com exceção de Bourdieu, a maioria é da corrente norte-americana da teoria da Mobilização Política de Recursos, a exemplo de Charles Tilly e Anthony Oberschall. Aliás, essa corrente, via Sidney Tarrow, tem encontrado, na atualidade, inúmeros adeptos no Brasil, na análise dos movimentos sociais. O curioso é que os atuais adeptos desta abordagem dizem que ela é “renovada” e que outras, de um passado ainda recente, dos anos 1980 etc. seriam páginas viradas. O livro de Catherine é um exemplo de que a abordagem está sendo recuperada, revisitada, mas ela já existia desde os anos de 1960 e, portanto não é nova, nem elimina as demais. Outro ponto que falta no livro é uma análise

mais completa sobre a literatura brasileira do período da pesquisa, sobre os movimentos sociais. Certamente que o foco da autora é a ação da Igreja, os movimentos são coadjuvantes que entram e saem de cena. Mas estudos relevantes não foram considerados, especialmente os discutidos no interior do GT da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) sobre os movimentos sociais daquele período, publicados posteriormente em livros e artigos. A autora supre, em parte, esta lacuna anexando uma bibliografia temática para consulta, ao final do livro.

Concluindo, o livro de Catherine é um importante registro histórico de um tempo que passou, mas deixou inúmeros frutos. É um tipo-depoimento/memória. Fruto de um estudo acadêmico, não é um livro de leitura fácil porque a publicação manteve o formato tese, com centenas de extensas notas de pé de página, muitas fundamentais para explicar os fatos em tela e poderiam ser incorporadas ao texto, mas muitas poderiam ser excluídas. Também não é um livro organizado à moda usual das teses brasileiras, com um extenso quadro referencial teórico no início. Não, ele entra logo no tema central. Finalmente, o tempo verbal utilizado nas narrativas seguiu o estilo da escrita francesa, está sempre no presente; como estamos lendo fatos e dados de décadas passadas, muitas vezes, isto poderá causar certo estranhamento ao leitor.